

Galvêas descarta a carência

- 6 NOV 1984

por Cláudia Santele
de Brasília

O governo brasileiro não pedirá prazo de carência para a renegociação dos débitos externos que vem entre 1985 e 1989, totalizando US\$ 57,41 bilhões (segundo dados do Banco Central).

Esta informação foi dada pelo ministro da Fazenda, Ernane Galvêas, que confirmou também outros pontos que serão levados pelos negociadores brasileiros à reunião do dia 14, em Nova York, com os bancos credores representados pelo comitê de assessoramento da dívida externa brasileira: não será necessária a contratação de dinheiro novo, e o escalonamento será feito de modo crescente, para aliviar os anos mais pesados, que são 1986, 1987 e 1988.

Assim, as amortizações em 1985 somam US\$ 9,7 bilhões, mas o País pagaria apenas US\$ 2 bilhões (num cálculo feito hipoteticamente por Galvêas) e os US\$ 8 bilhões restantes re-

financia por catorze anos. O mesmo esquema é aplicado aos demais anos.

"Não há carência e não há necessidade de ter carência", enfatizou o ministro da Fazenda, argumentando que tanto o México quanto a Venezuela trilham esse mesmo caminho.

Essas mesmas condições, incluídas, portanto, num pacote de cinco anos e que estão respaldadas numa programação que, mesmo sem "new money", prevê aumento de reservas cambiais para o próximo ano, serão solicitadas na renegociação dos débitos de governo a governo junto ao Clube de Paris. Essa informação foi fornecida pelo diretor da Área Externa do Banco Central, José Carlos Madeira Serrano, à repórter Maria Clara R.M. do Prado, deste jornal.

Serrano conduzirá, juntamente com o presidente do Banco Central, Affonso Celso Pastore, a renegociação com os credores privados. Mas os ministros da Fazenda e do Planejamento, Delfim Netto, passarão

por Nova York durante essa primeira rodada da fase três de acordo externo. Segundo informou o embaixador José Botafogo Gonçalves à Agência Globo, o ministro do Planejamento seguirá na segunda semana de novembro para Nova York, Londres e Paris, para uma "sondagem da temperatura dos círculos financeiros". Já na terceira semana de dezembro o governo pretende abrir a fase de renegociação junto ao Clube de Paris.

CONCEITO ABOLIDO

Esse esquema que está sendo traçado pelo governo, com base nas duas renegociações recentes do México e da Venezuela, "é uma das hipóteses mais viáveis" por três motivos, segundo Galvêas: concilia com interesses do País, alonga os prazos de pagamento da dívida externa, deixando a próxima administração (que assume no dia 15 de março) desocupada com a área externa e já é um modelo conhecido dos banqueiros credores.

"O conceito de carência foi abolido para se traçar um perfil da dívida externa ajustado à capacidade de pagamento dos países credores", assinalou Serrano, para quem o mais importante é abandonar uma visão de curto prazo e definir modelos de renegociação com prazos mais longos.

Para o ministro da Fazenda, não é conveniente se pensar em pedir dispensa do programa de ajustamento do Fundo Monetário Internacional (FMI), a partir do argumento de que, não pedindo dinheiro novo junto aos bancos privados, o País não precisaria ter o FMI como avalista. "É um programa de três anos e vamos cumpri-lo", disse ele, argumentando: "Porque deixar de pegar o dinheiro do Fundo, que é o mais barato?" A previsão de desembolso do FMI para o País em 1985 é de US\$ 1,6 bilhão. "O Brasil tem de tirar partido da negociação, fazendo um acordo o mais vantajoso possível", reforçou Galvêas.